



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

a)

**LOCAL:** Sala de reuniões – 8º andar, Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC. CEP 88015-130

**DATA:** 17 de setembro de 2015

**HORÁRIO:** 13h

**Presentes à Reunião**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

João Paulo Kleinubing, Walter Manfroi, Paulo Orsini, Lisete Contin, Fábio Gaudenzi Faria, Cristina Machado Pires, Karin Cristina Geller Leopoldo, Raquel Ribeiro Bittencourt, Dulce Quevedo, Grace Ella Berenhauer, Maria Teresa Agostini, César Augusto Korczaguin, Geraldo Azzolini, Diogo Demarchi Silva.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Sidnei Bellé (Caibí); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Daniel Moutinho (Florianópolis); Cristiane Willi (Jaraguá do Sul); Marcos Scarpato (São Francisco do Sul), Everton Ricardo da Silva (Itapema).

**APROVAÇÃO DA ATA**

A Ata da CIB 195ª de 20 de agosto foi aprovada.

**DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A 196ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13 hs, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Sidnei Bellé.

**1 DELIBERAÇÕES**

2

**3 a) PPI: TRANSFERÊNCIAS DE GESTÃO E REMANEJAMENTOS**

4 A CIB **APROVOU** as transferências de gestão dos Municípios de Itapoá, Lauro Muller e  
5 Turvo. Revisão de transferência de gestão de Bom Jesus do Oeste. Ajustes e alterações de fluxos  
6 dos Municípios de Witmarsum, Balneário Piçarras, São Pedro de Alcântara, Benedito Novo,  
7 Grão Pará, Lontras, Campos Novos e Irani.

8

**9 b) TRANSPLANTES: CONSULTAS DENTRO E FORA DO ESTADO**

10 Esse item deve ser encaminhado para a Câmara Técnica de Gestão e voltar para a próxima CIB.

11

**12 c) PLANOS DA VIGILÂNCIA DOS MUNICÍPIOS**

13 A CIB **APROVOU** a relação de alguns municípios com Plano de Ação Municipal de VISA  
14 aprovados pela área técnica. A relação foi distribuída aos Membros da CIB e será anexada a esta  
15 Deliberação.

16

**17 d) CRONOGRAMA DO ENCONTRO DE CONTAS 2015**

18 Karin Geller, Diretora Regulação, esclarece sobre o fluxo do 'encontro de contas'. O valor  
19 alocado é de R\$ 12.000.000,00. (doze milhões) para o pagamento do 'encontro de contas' de  
20 2014. Maria Regina de Souza Soar cita que a SES ficará devendo R\$ 25.000.000,00 (vinte e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

21 cinco milhões) referente à 2014. O Coordenador da CIB/SES, João Paulo Kleinubing, afirma  
22 que essa dívida será paga ao longo do ano de 2015 e com cronograma previsto. A CB  
23 **APROVOU** o cronograma do ‘Encontro de Contas’ discutido nesta reunião, da seguinte  
24 maneira: Referente ao ano de 2014, o ‘Encontro de Contas’ com os Municípios Plenos, será  
25 concluído nesse mês de setembro de 2015, sendo o pagamento imediato. O ‘Encontro de  
26 Contas’ com os Municípios, referente ao primeiro semestre de 2015, será realizado nos meses  
27 de setembro até 31 de outubro de 2015. Após a realização do ‘Encontro de Contas’ do primeiro  
28 semestre de 2015, num prazo de 30 dias após esse ‘Encontro de Contas’, independente do valor,  
29 a SES apresentará um cronograma de pagamento. O ‘Encontro de Contas’ com os Municípios,  
30 referente ao segundo semestre de 2015, será realizado em março até 30 de abril de 2016. Após a  
31 realização do ‘Encontro de Contas’ do segundo semestre de 2015, num prazo de 30 dias após  
32 esse ‘Encontro de Contas”, independente do valor, a SES apresentará um cronograma de  
33 pagamento.

34

35 e) **HABILITAÇÃO: GESTANTE DE ALTO RISCO NO HOSP. N. SRA. DA CONCEIÇÃO DE TUBARÃO**  
36 A CIB **APROVOU** o credenciamento/habilitação como Referência em Alta Complexidade  
37 Hospitalar em Gestante de Alto Risco 10 leitos para o Hospital Nossa Senhora da Conceição,  
38 localizado no município de Tubarão.

39

40 f) **HABILITAÇÃO: GESTANTE DE ALTO RISCO NO HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ DE**  
41 **JARAGUÁ DO SUL.**

42 A CIB **APROVOU** o credenciamento/habilitação como Referência em Alta Complexidade  
43 Hospitalar em Gestante de Alto Risco – 07 leitos para o Hospital e Maternidade Jaraguá,  
44 localizado no município de Jaraguá do Sul.

45

46 g) **HABILITAÇÃO: 14 LEITOS PARA O AVC, PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA**  
47 **AOS PACIENTES COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL NO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**  
48 **DE JOINVILLE**

49 A CIB **APROVOU** o credenciamento/habilitação de mais 14 leitos de AVC para o Centro de  
50 Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (10 Leitos para AVC  
51 Integral e 04 de AVC Agudo) do Hospital Municipal São José, localizado no município de  
52 Joinville.

53

54 h) **HABILITAÇÃO: UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TRAUMATOLOGIA**  
55 **E ORTOPEDIA NO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO EM MAFRA**

56 A CIB **APROVOU** o credenciamento/habilitação como Unidade de Assistência de Alta  
57 complexidade em Traumatologia e Ortopedia para o Hospital São Vicente de Paulo, localizado  
58 no município de Mafra.

59

60 i) **FINANCIAMENTO FEDERAL**

61 A CIB **APROVOU** a solicitação de recurso federal, para os Municípios de São João do Sul,  
62 Lages, Salto Veloso, provenientes de Emendas Parlamentares e de propostas cadastradas no  
63 Fundo Nacional de Saúde.

64

65 j) **REMANEJAMENTO DE RECURSO DOS BLOCOS DE FINANCIAMENTO**

66 As solicitações de aprovações de remanejamentos, de alguns municípios, estavam com a  
67 documentação insuficiente, portanto, não foram aprovadas. A CIB orientou que os municípios



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

68 encaminhem de forma individual, juntamente com a solicitação de remanejamento: o valor a ser  
69 remanejado, de que bloco sairá o recurso e em que bloco será aplicado o recurso. Também  
70 deverão constar a aprovação nas Comissões Intergestores Regional e Conselhos Municipais de  
71 Saúde correspondentes.

72

### 73 **HOMOLOGAÇÃO**

74 Homologadas as Deliberações CIB/192/2015 a 211/CIB/2015.

75

### 76 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

#### 77 **– PROJETO R\$ 0,30**

78 O Coordenador da CIB/SES, João Paulo Kleinubing, coloca sobre o Projeto R\$ 0,30 e reforça  
79 que os valores não estão previstos no orçamento. Esses valores seriam de R\$ 2.000.000,00 (dois  
80 milhões/Mês). Informa que não há como fazer a previsão, hoje, sobre esse pagamento. Sidnei  
81 Bellé, Coordenador da CIB/COSEMS, refere que esse recurso fique como dívida da SES aos  
82 municípios, se a SES não tem como pagar hoje. Sugere ao Coordenador da CIB/SES que traga  
83 uma proposta de pagamento na próxima CIB. Daniel Moutinho, Secretário Municipal de Saúde  
84 de Florianópolis, lembra que a equipe de gestão, que estava no governo passado, ficou até  
85 fevereiro de 2015 na SES, e, portanto, não dá para entender que o recurso não tenha sido  
86 previsto para pagamento. Refere que é difícil falar aos fornecedores que o recurso para o  
87 pagamento não está previsto no orçamento. Pensa que essa situação, de não haver possibilidade  
88 de pagamento desse Projeto, deveria ter sido colocada no início do exercício de 2015. Que agora  
89 é muito tarde. Ficou acordado que irá para a Câmara Técnica de Gestão, uma proposta de  
90 pagamento do Projeto R\$0,30 e posteriormente para a CIB.

91

92 **– MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO – ESPECIALIZADOS:** Sidnei Bellé, Coordenador da  
93 CIB/COSEMS, coloca sobre o atraso no fornecimento de medicamentos de alto custo por parte  
94 da SES. Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica esclarece que as faltas de  
95 medicamentos são pontuais e que nestes casos é informado aos municípios o motivo e se há  
96 possibilidade de troca por outro medicamento de diferente dosagem para suprir a falta  
97 momentânea. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau,  
98 menciona os atrasos nos pagamentos. Walter Manfroi, Superintendente Financeiro, informa que  
99 a falta de pagamento não tem relação com o fornecimento de medicamentos, pois existe um  
100 compromisso dos fornecedores com a Ata de Preço, no fornecimento dos medicamentos  
101 especializados. Walter Manfroi chama atenção para o ‘fura fila’ pelo Judiciário, que aumentou  
102 consideravelmente. Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica, esclarece que  
103 os medicamentos judiciais ultrapassam o valor do Ministério da Saúde e do Estado no que é  
104 investido em Política Pública.

105

### 106 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

107 – Francismari Rossi Lessa, Secretária Municipal de Saúde de Braço do Norte, justificou sua  
108 ausência na reunião.

109 – Documento da CIR do Extremo Oeste, solicitando, em decisão conjunta, aprovação do  
110 remanejamento de recurso dos blocos financeiros.

111

### 112 **INFORMES**

#### 113 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

114 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria encaminhou  
115 o relatório de auditoria, referentes ao Mês de agosto de 2015, em andamento ou concluídas em  
116 seus municípios.

117

118 **b) PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

119 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica  
120 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica, para  
121 que os gestores conheçam os processos de seus municípios.

122

123 **c) REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: DELIBERAÇÃO C. T. REGULAÇÃO 174/2015**

124 Karin Geller, Diretora de Regulação, informa que existe uma Câmara Técnica de Regulação  
125 para o estudo da revisão da urgência, emergência. Maria Regina de Souza Soar sugere que a  
126 revisão das Redes seja realizada pelo Grupo Condutor de Redes (Deliberação 99/2013). E cita  
127 os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Lages e Pinhalzinho como representantes no Grupo  
128 Condutor.

129

130 **d) PROTOCOLO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

131 Diogo Demarchi, Gerente de Planejamento de Políticas em Saúde, coloca sobre a situação do  
132 Protocolo de Classificação de Risco. Maria Regina de Souza Soar lembra que o Estado/SES  
133 deve tomar uma posição com relação a utilização de um Protocolo de Classificação de Risco.  
134 Karin Geller esclarece que o Protocolo Catarinense de Classificação de Risco falta somente a  
135 homologação e validação. Karin Geller cita também que buscarão auxílio na UFSC para  
136 homologação e validação.

137

138 **e) SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO – SVO**

139 Eduardo Macario, Diretor de Vigilância Epidemiológica, coloca sobre a situação dos SVOs  
140 (implantação, localização, município sede) e esclarece que a primeira discussão deve se dar nas  
141 Comissões Intergestores Regionais. Cita que o SVO, instalado no Hospital Infantil Joana de  
142 Gusmão, em Florianópolis, presta assistência ao Estado inteiro, com exceção da Região de  
143 Joinville, que possui SVO implantado. Maria Regina de Souza Soar informa que em Blumenau,  
144 já realizaram várias reuniões com a Universidade, mas não conseguiram concluir. O Secretário  
145 Municipal de Saúde de Itapema, Everton Ricardo da Silva, questiona quanto à instalação do  
146 SVO na estrutura do IML. Eduardo Macario responde que depende de vários fatores. O  
147 município deve contatar a SES para esclarecimentos. Que na mesma estrutura e mesma equipe  
148 do IML, não pode.

149

150 **f) AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Portarias MS 1.025/2015 e 1.043/2015**

151 Eduardo Macario, Diretor de Vigilância Epidemiológica, informa que as Portarias MS  
152 1.025/2015 e 1.043/2015 estabelecem a quantidade de agentes de combate às endemias para os  
153 municípios. Isso será discutido na Câmara Técnica de Vigilância em Saúde. Os municípios que  
154 não possuem agentes cadastrados devem cadastrar nos novos códigos da Portaria MS  
155 1.025/2015. Os que já possuem agentes cadastrados, deverão descadastrar e cadastrar os  
156 agentes na nova codificação.

157

158 **g) POLÍTICA HOSPITALAR**

159 Cristina Machado Pires, Superintendente de Hospitais Públicos, informa que já foi validada a  
160 metodologia do estudo da política hospitalar e que a Comissão está se reunindo regularmente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

161

162 h) **REDE DE CRÔNICOS: ONCOLOGIA**

163 Diogo Demarchi, Gerente de Planejamento de Políticas em Saúde, coloca sobre o andamento  
164 da atualização do Plano da Oncologia.

165

166 i) **ENCONTRO ESTADUAL DE SAÚDE DA FAMÍLIA**

167 Lisete Contin, Gerente de Atenção Básica, lembra do Encontro de Saúde da Família a ser  
168 realizado em novembro de 2015. Sidnei Bellé, Coordenador da CIB/COSEMS, pensa, em  
169 função da crise, das dificuldades nos municípios, dos atrasos nos pagamentos, em não realizar o  
170 Encontro de Saúde da Família. Maria Regina de Souza Soar sugere levar o assunto para a  
171 Câmara Técnica de Gestão.

172

173 i) **QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**

174 Raquel Bittencourt, Diretora de Vigilância Sanitária, coloca sobre a gestão da qualidade da  
175 água em Santa Catarina. Cita a Portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011 que dispõe sobre os  
176 procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu  
177 padrão de potabilidade. Informa que Santa Catarina não está alimentando regularmente o  
178 sistema, fruto de críticas do Ministério da Saúde. Sugere o empenho dos secretários municipais  
179 de saúde que solicitem aos seus técnicos de vigilância que foram capacitados para isso, que  
180 alimentem o sistema de informação da água. Que também fiquem atentos aos laudos emitidos  
181 pelo Laboratório sobre a água. Sidnei Bellé, Coordenador da CIB/COSEMS, solicita que a  
182 Vigilância Sanitária notifique oficialmente os municípios.

183

184 Nada mais havendo a tratar, eu, **Lourdes de Costa Remor**, lavrei a presente Ata, assinada por  
185 mim e pelos Coordenadores.

186

187

Florianópolis, 17 de setembro de 2015.